

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA - FACER
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JAKELLINY SOARES SILVA

Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA

**TERCEIRO SETOR – UM ESTUDO DE CASO
APAE – CRIXÁS**

Associação Educativa Evangélica
BIBLIOTECA

**RUBIATABA-GOIÁS
2008**

JAKELLINY SOARES SILVA



TERCEIRO SETOR – UM ESTUDO DE CASO APAE – CRIXÁS

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração com linha de formação em administração de empresas sob a orientação do Professor Especialista Enoc Barros da Silva.

28004
SA001

Tombo nº	13939
Classif.:
Ex.:	1
Origem:	d
Data:	04.3.09

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Jakelliny Soares

Terceiro Setor: um estudo de caso - APAE – Crixás / Jakelliny Soares Silva – Rubiataba
- GO: FACER, 2008.

f.

Orientador: Enoc Barros da Silva (Especialista)

Monografia (Graduação) FACER- Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba.
Curso de Administração de Empresas.

Bibliografia.

1. Gestão organizações sem fins lucrativos 2. Área social 3. Administração de empresas
I. Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba. Curso de Administração de Empresas.
II. Título.

CDU658.11: 316(817.3)

Elaborada pela biblioteconomista – Célia Romano do Amaral Mariano CRB1/1528

FOLHA DE APROVAÇÃO

JAKELLINY SOARES SILVA

TERCEIRO SETOR – UM ESTUDO DE CASO APAE – CRIXÁS

COMISSÃO JULGADORA
MONOGRAFIA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE GRADUAÇÃO PELA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA

RESULTADO: _____

Orientador: _____


Esp. Administração de Empresas/ Enoc Barros da Silva

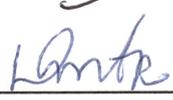
2º Examinador _____


Esp. Gestão Agronegócio / Marcos de Moraes Sousa

3º Examinador _____


Mestre Administração Rural / Marco Antônio de Carvalho

4º Examinador _____


Mestre em gestão de agronegócios/Dayse Mysmar Tavares Rodrigues

Rubiataba, 15 de janeiro de 2009.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, à minha família e, em especial, a meus pais, Cida e Jarbas, por serem o alicerce de tudo o que faço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Maria Aparecida Soares Silva e Jarbas Moreira da Silva, pelo amor, carinho, compreensão, incentivo e ajuda, durante toda a minha vida. Muito obrigada, amo vocês.

Aos meus irmãos, pelo amor, carinho e apoio ao longo da minha caminhada.

À FACER, por possibilitar minha formação.

A todos os professores – principalmente ao professor Enoc – e funcionários, pela amizade, dedicação e pelo tempo que estive com vocês, podendo guardar ensinamentos importantes para minha formação pessoal e profissional.

A todos os meus amigos que, direta ou indiretamente, participaram da minha formação nesse curso. E, em especial, à turma de Administração de Empresas do ano de 2007, de quem sempre estive próxima.

À instituição APAE – Crixás, por ter me recebido sempre com total disponibilidade e, em especial, à Maria Cristina, diretora geral, que em todos os momentos atendeu aos meus pedidos, fornecendo as informações e documentos necessários para a realização deste trabalho.

Obrigada a Deus por eu poder estar aqui, hoje, dando este importante passo em minha vida.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso propõe, inicialmente, discutir a questão do 3º Setor a partir da bibliografia levantada, assim sendo, o objetivo é analisar a instituição pesquisada. Foram realizadas entrevistas em uma organização sem fins lucrativos para identificar sua característica de gestão e os problemas que condicionam sua atuação. A instituição escolhida foi a APAE – Crixás, organização que atua principalmente com crianças e jovens. Realizou-se um estudo de caso na busca de identificar as características da gestão da organização mediante a realização de um diagnóstico organizacional. A partir desse diagnóstico foram identificadas as características da organização. Tais características são gerenciadas para modificar a qualidade de vida dos usuários mediante uma gestão participativa e com recursos oriundos predominantemente do setor privado. O que se pode inferir do caso analisado é a dependência dos repasses privados e a dominância de um modelo de gestão participativo para atender às demandas coletivas.

Palavras-chave: organização; gestão; diagnóstico organizacional.

ABSTRACT

This study proposes, initially, to discuss the issue of the 3rd Sector from the literature, therefore, the objective is to analyze the institution. Interviews were conducted in non-profit organization to identify its management characteristics and problems that affect its operation. The institution chosen was APAE - Crixás, which works mainly with children and young people. Three studies of case were made seeking to identify the management characteristics of the organization. From one diagnostic are identified characteristics of the organization. These features are managed to change the quality of life of users through a participatory management and with resources mainly from the private sector. What can be inferred from the case analysis is the reliance on private transfers and the dominance of a participatory management model to meet the collective demands.

Key-words: organization; management; organizational diagnosis.

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ONG's – Organizações Não Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do setor sem fins lucrativos no total de pessoal ocupado, por países.....	23
Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados.....	40
Gráfico 3 – Idade dos voluntários.....	41
Gráfico 4 – Tempo de voluntariado.....	41
Gráfico 5 – Dificuldade encontrada pela instituição.....	42
Gráfico 6 – Participação da sociedade na instituição.....	42
Gráfico 7 – Estrutura APAE – Crixás é apropriada pra os alunos.....	43
Gráfico 8 – Apoio da instituição aos familiares.....	43
Gráfico 9 – Funcionários são preparados para atender aos alunos.....	44
Gráfico 10 – Se tem conhecimento do objetivo da instituição.....	44
Gráfico 11 – O que se entende por terceiro setor.....	45
Gráfico 12 – Você já tinha atuado em uma ONG.....	45
Gráfico 13 – Qual setor é representado pelo terceiro setor.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PROBLEMÁTICA	13
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivo geral	14
2.2 Objetivos específicos	14
3 JUSTIFICATIVA.....	15
4 REFERENCIAL TEÓRICO	17
4.1 Terceiro Setor - como conceituá-lo.....	17
5 TERCEIRO SETOR	21
6 ASPECTOS LEGAIS	25
7 PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NO TERCEIRO SETOR.....	29
8 TENDÊNCIAS E DESAFIOS	30
9 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS DAS APAES	34
10 APAE – CRIXÁS.....	36
10.1 Missão	36
10.2 Diretoria executiva	36
10.3 Parceiros.....	36
10.4 Histórico APAE - Crixás.....	36
10.5 Diagnóstico da instituição.....	38
10.6 Objetivos da instituição	38
11 METODOLOGIA.....	40
11.1 Concepção da pesquisa.....	40
11.2 Método da pesquisa.....	40
12 RESULTADOS DA PESQUISA.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
APÊNDICE	
DADOS ALUNO	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

As organizações sem fins lucrativos que constituem o Terceiro Setor são uma alternativa para canalizar esforços da sociedade civil tendo em vista o desenvolvimento social. Hoje, essas organizações se multiplicam atuando em diversas frentes. Elas surgiram na esteira de uma nova conjuntura social, onde a complexidade dos problemas sociais impõe soluções capazes de reduzir a exclusão para construir uma sociedade mais justa.

A principal característica das organizações do Terceiro Setor é a sua finalidade social. O não provimento de lucro não elimina, a priori, a possibilidade de existir excedente financeiro, mas obriga a que esse excedente seja reinvestido integralmente na própria organização.

Entretanto, ainda são poucas as organizações sem fins lucrativos que podem se orgulhar de mecanismos de auto-sustentação. As organizações do Terceiro Setor, em muitas regiões, padecem da falta de um planejamento estratégico adequado à sua realidade. As dificuldades são inúmeras, destacando-se, evidentemente, a financeira, apesar da criatividade na captação de recursos ser um diferencial positivo na manutenção de muitas entidades.

A parceria entre organizações do Terceiro Setor, entidades privadas lucrativas e organizações do aparato estatal poderá viabilizar um novo modelo de desenvolvimento, formulação e implantação de políticas públicas, capaz de romper a fragmentação disciplinar e de alcançar efeitos sinérgicos para o desenvolvimento social.

Assim, o Terceiro Setor ganha em expressão. À medida que avança nas questões relacionadas às políticas públicas, aumenta a importância de sua participação no processo de elaboração de novas formas de articulação na esfera pública. Isto, sem dúvida, agrega mais valor às organizações deste setor.

A construção de uma nova realidade social passa pelo estabelecimento de uma rede organizacional que atue setorialmente no processo de execução de políticas sociais eficazes.

Sendo assim, vive-se atualmente, no campo da educação, um momento de mudanças na qual a população se desloca das deficiências ou não adaptações do indivíduo para a valorização de suas potencialidades, oferecendo-lhes meios de desenvolvê-los ao processo-aprendizagem.

Portanto, o propósito da pesquisa é mostrar a importância de uma organização que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida de pessoas que necessitam de ajuda.

A instituição APAE é mais uma instituição que visa o bem-estar daquele que possui alguma deficiência e que necessite de ajuda especial, dando assim o suporte necessário para o aluno e seus familiares.

1 PROBLEMÁTICA

As dificuldades encontradas pelas Organizações Não Governamentais são inúmeras e o desafio é muito grande, pois para se manterem dependem, predominantemente, de doações. Assim sendo, percebe-se que com o crescimento econômico desordenado e a diminuição da participação do Estado nas políticas públicas são fatores que mais incidem no desequilíbrio social.

O Terceiro Setor, por constituir-se de entidades filantrópicas, tem que buscar meios para se manter. Ou seja, são organizações que não visam produtividade financeira e sim a busca pela cidadania.

Que dificuldades vêm enfrentando as organizações de Terceiro Setor e quais os meios utilizados por elas para se manterem?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- ✓ Destacar os aspectos importantes relacionados à atividade desenvolvida pela instituição e, conseqüentemente, identificar quais as dificuldades encontradas pela instituição e levantar possibilidades de solução para os problemas.

2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Levantar e sistematizar a bibliografia básica sobre a organização que atua na área de assistência social;
- ✓ Identificar as dificuldades existentes na organização;
- ✓ Observar quais meios existentes para sanar as dificuldades e superar os desafios encontrados; e,
- ✓ Verificar se a instituição oferece o suporte necessário para os alunos e seus pais.

3 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que o crescimento econômico desordenado e a diminuição da participação do estado nas políticas públicas são os fatores que mais incidem no desequilíbrio social. Isso tem colocado a necessidade de se repensar novas formas de iniciativas sociais para adequá-las à complexidade do mundo atual. E é nessa perspectiva que se coloca a questão dos modelos de gestão que resultam em melhorias às instituições estudadas. Tais entidades buscam o desenvolvimento sustentável e socioeconômico, proporcionando melhores condições de vida às comunidades em que atuam.

“Em todo o mundo as sociedades estão passando por um fenômeno que revela uma crescente desigualdade social. E o nosso continente é uma das regiões onde a pobreza mais cresce (Schwartz, 1999)”.

O Terceiro Setor compõe esse cenário como uma das alternativas oriundas da sociedade. Formado por organizações sem fins lucrativos, atuantes nas mais diversas áreas como arte e cultura, educação, recreação, saúde, assistência social, este setor mobiliza recursos governamentais e privados a fim de gerar impactos capazes de minimizar as diferenças sociais.

Para muitos estudiosos e profissionais da área, o Terceiro Setor é entendido como um espaço de organizações sem fins lucrativos que intercede ao Estado, ou seja, o Primeiro Setor e ao Segundo Setor (Empresas). Essa definição talvez tenha pouco sentido diante de um assunto tão complexo.

A característica principal de uma organização sem fins lucrativos é seu fim de beneficiar a sociedade. Tais organizações não podem gerar lucros e são obrigadas a reinvestir o excedente na própria instituição e nas atividades sociais com a clientela. Portanto, as instituições sem fins lucrativos não podem auferir lucros e ter isso como o principal resultado de seus esforços. O objetivo principal das organizações sem

fins lucrativos são resultados eficazes de suas ações junto aos cidadãos. Existem outras características dessas entidades que serão abordadas neste trabalho.

Através de suas estratégias de ação/intervenção o Terceiro Setor fortalece a participação da sociedade na solução dos problemas sociais.

Estudar o modelo de gestão de organizações sem fins lucrativos pode gerar contribuições; e é conhecendo a realidade dessas organizações que se busca também por melhores condições de igualdade social no Brasil.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Terceiro Setor – como conceituá-lo

Tendo em vista as inúmeras denominações que recebe o Terceiro Setor, fruto da própria diversidade de organizações que o compõem e da multiplicidade de formas e áreas de atuação, pretende-se apresentar o problema da formulação de um conceito unificador para ele. Este conceito englobaria tais organizações a partir de características comuns a todas elas.

A criação de uma conceituação do setor é essencial para a construção de sua própria identidade, a fim de que se fortaleça e seja capaz de melhor lidar com os problemas da sociedade civil em que se insere.

Os contornos deste espaço, muitas vezes, não estão bem definidos sequer para os diversos agentes que o compõem. Fernandes (1994, pág. 36) atesta esta indefinição:

A própria idéia de um terceiro setor está longe de ser clara na maioria dos contextos. Torná-la clara é tanto uma tarefa intelectual quanto prática, já que não fará sentido a menos que um número expressivo daqueles envolvidos venha a considerá-la uma idéia significativa (FERNANDES, 1994, p.).

Essa mesma obscuridade no tocante à conceituação do Terceiro Setor também o cercou no que se refere ao seu conhecimento funcional. Entretanto, essa indefinição não impediu que tais organizações se proliferassem no Brasil. De acordo com Falconer e Fischer (1998), nos últimos 15 anos houve um aumento quantitativo e de vários tipos dessas organizações. Este incremento tornou ainda mais complexa a tarefa de conceituação do setor, em virtude da diversificação que o acompanhou. “Desta forma, o Terceiro Setor foi se ampliando sem que este termo, usado para designá-lo, seja suficientemente explicativo da diversidade de elementos componentes do universo que abrange”.

O termo apresenta elementos bastante relevantes. Coelho (2000) cita que, pesquisadores americanos e europeus avaliam que este termo,

(...) expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. Combina a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública (COELHO, 2000, p.).

Conforme Drucker (1994), há quarenta anos ninguém falava de organizações nem de um setor sem fins lucrativos, que viesse a suplementar a capacidade governamental no atendimento e execução das tarefas sociais, o que, por sua vez, sempre foi muito limitada. Contudo, organizações sem fins lucrativos surgem fazendo muito mais do que apenas cuidar de necessidades específicas não atendidas pelo estado.

A própria definição "sem fins lucrativos" traduz apenas o que essas instituições não o são, fazendo com que se compreenda que todas essas instituições, independente de suas atividades específicas e das definições a elas atribuídas, têm algo em comum (DRUCKER, 1994).

Apenas recentemente é que se começou a compreender o que é esse algo em comum que estas organizações carregam. Não é o fato dessas instituições não serem empresas, ou seja, sem fins lucrativos; tampouco se trata do fato delas serem não-governamentais. A diferença é que empresas fornecem bens ou serviços e sua tarefa termina quando o cliente compra o produto, paga e satisfaz suas necessidades de consumo. A tarefa do governo é controlar e cumprir sua função quando suas políticas são eficazes. Em contrapartida, a instituição "sem fins lucrativos" não fornece bens ou serviços como as empresas, tampouco produz mecanismos de controle e regulamentação como o Estado. O objetivo da organização sem fins lucrativos é ser um agente de mudança humana, ou seja, elas existem para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade (DRUCKER, 1994).

Atualmente, vem crescendo, sobremaneira, o número de entidades sem fins lucrativos, prestando importantes serviços para a sociedade e, em muitos casos, substituindo até mesmo o papel do Estado. Estas instituições cresceram em quantidade e importância desde seu surgimento na década de 1960 (AGUIAR, 2004).

Devido à importância destas entidades em sua atuação paralela ao Estado na definição de políticas públicas e na prestação de serviços, elas passaram a ser

vistas como parte de um mesmo setor. Este passou a ser denominado de Terceiro Setor, contrapondo-se aos dois outros: o Primeiro Setor representado pelo Estado e, o Segundo Setor representado por entidades de direito privado e com fins lucrativos (AGUIAR, 2004).

Apresenta-se, assim, um novo desenho da sociedade civil organizada, onde uma instituição privada não busca o lucro como objetivo, mas, sim, uma atuação de caráter público, expressando manifestações e anseios da sociedade civil. São instituições que extrapolam os tradicionais conceitos de caridade, atuando na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da saúde, preservação do meio ambiente, promoção do desenvolvimento econômico e social, combate à pobreza etc. (CORREA, 2005).

Considerando-se o Primeiro Setor o Poder Público, representado pelo Estado, e o Segundo Setor o das organizações do mercado privado e com fins lucrativos, o Terceiro setor é a instância de mediação entre eles. Os agentes do Terceiro Setor são privados, mas seu fim é público, com intuito básico de combater a exclusão social. Assim, pode-se afirmar que o Terceiro Setor é a composição de entidades privadas da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos (CORREA, 2005).

Na sociedade, cada setor desempenha um papel, delineado por uma estrutura legal para operar no âmbito da coletividade, com reconhecimento e legitimidade dos cidadãos. Nesse sentido, cada setor desenvolve suas atividades de acordo com uma lógica própria e que define uma forma característica de administração e gestão, inclusive influenciando nas atitudes de seus membros. Nesse contexto, o Primeiro Setor tem finalidades, tarefas e obrigações a desempenhar que o caracterizam e o diferenciam dos outros setores. Para Salvatore (2004),

[...] o Estado, representado pelos governantes, deve se balizar pelo princípio de que todas as suas ações devem ser direcionadas no interesse do cidadão, inclusive com a prestação de contas, com responsabilização, respondendo pelos atos na gestão da coisa pública. Assim, a lógica que deve conduzir as ações e a gestão do setor público são os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência com a coisa pública (SALVATORE, 2004, p.).

Já o segundo setor, de natureza privada e produtiva, com fins lucrativos, necessita ser conduzido de maneira que se viabilize a sua forma de sobrevivência,

crescimento e prosperidade, como setor constitutivo de uma sociedade capitalista, ou seja, a obtenção do lucro. Assim, conforme afirma Salvatore (2004),

[...] no Segundo Setor a racionalidade que lhe dá base e sustentação é a ação orientada para o alcance de metas e finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis. Neste sentido, submetido às influências do mercado, o setor privado movimenta-se basicamente em função de cálculos, metas, projeções, do desempenho da organização e das organizações concorrentes (SALVATORE, 2004, p.).

No Terceiro Setor, a principal dificuldade é a sua própria definição, já que não existe consenso quanto ao seu entendimento. A principal característica do Terceiro Setor, e que permeia quase todos os seus aspectos, é a vontade humana de ajudar outras pessoas, em detrimento da obtenção de benefícios pessoais (HUDSON, 2004).

Contudo, apesar desta heterogeneidade, todas as organizações deste setor possuem características semelhantes que permitem a sua classificação dentro do mesmo setor.

Após a revisão de diversas alternativas para a definição das características básicas dos integrantes deste setor, Lester Salamon e Helmut Anheier (1992) apresentaram o que eles nomearam de "definição estrutural/operacional". O cerne desta definição são cinco princípios estruturais ou operacionais, capazes de distinguir as instituições sem fins lucrativos dos outros tipos de instituições sociais.

Assim definido, as instituições sem fins lucrativos são aquelas que:

- Organizadas, ou seja, são formalmente constituídas;
- A estrutura básica é não-governamental;
- Administração independente;
- Não distribuem lucros; e,
- Tem a participação ou existência de trabalho voluntário.

5 TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor é assim chamado porque engloba instituições com fins públicos, porém de caráter privado, que não se enquadram, portanto no Primeiro Setor (Estado). São regidas pelo direito privado, mas não possuem objetivos mercantis, também não sendo qualificadas como instituições do Segundo Setor (Mercado). Fazem parte do denominado espaço público não estatal.

O Primeiro Setor corresponde à emanção da vontade popular, pelo voto, que confere o poder ao governo. O governo compreende as organizações do serviço público que administram o Estado e prestam serviços aos cidadãos. O Estado é uma entidade jurídica que ordena a vida dos cidadãos de um País ou Nação. São funções do Estado: arrecadação de impostos, produção de leis, defesa, justiça, educação, diplomacia e segurança pública, entre outras. O governo cuida dessas funções por meio de organização de vários tipos: órgãos da administração pública direta (como os ministérios e secretarias), autarquias (como as universidades públicas), fundações e empresas estatais.

O Segundo Setor corresponde à livre iniciativa, que opera no mercado, define a agenda econômica usando o lucro como instrumento. Uma empresa é uma organização de negócios que tem o objetivo de vender produtos e serviços e obter lucro. As empresas, em geral, são organizações criadas por pessoas por meio de investimento de um montante de dinheiro chamado capital. O capital de algumas grandes empresas é dividido em ações, que pertencem a muitas pessoas, chamadas acionistas. As pessoas que detêm o capital de uma empresa são seus proprietários – são empresários ou pessoas de negócios. O lucro produzido por uma empresa pertence a seus proprietários. Algumas empresas são criadas por iniciativa do governo – são as empresas estatais. Há empresas como o Banco do Brasil ou a Petrobras, cujas ações pertencem ao governo e a pessoas. São as empresas de economia mista.

O chamado Terceiro Setor compreende as organizações de utilidade pública que tem origem na sociedade e não no governo. Essas organizações, algumas delas chamadas Organizações Não Governamentais, ou ONGs, não têm finalidade lucrativa.

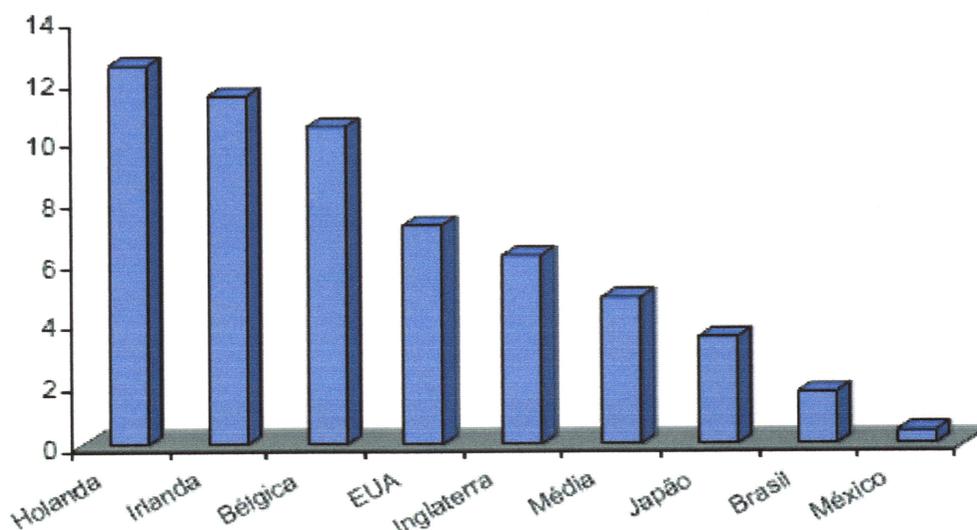
Segundo Hudson (2004), em *Administrando Organizações do Terceiro Setor*, são consideradas pertencentes a este setor todas as instituições que:

- Têm basicamente um objetivo social em detrimento do lucro;
- São independentes do Estado, administradas por um grupo independente de pessoas e não fazem parte de nenhum departamento de governo;
- Reinveste todo o seu saldo financeiro nos serviços que oferecem ou na própria organização.

As ONGs dedicam-se a causas como a educação, a assistência médica, o desenvolvimento humano e comunitário ou representam os interesses de um grupo social.

O Terceiro Setor corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de caráter público, tais como: ONGs, instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado etc.

Segundo dados da pesquisa corporativa Johns Hopkins, em 1995, o número total de pessoas ocupadas em atividades ligadas ao Terceiro Setor brasileiro foi estimado em 1.500.000, aí incluído aqueles que desenvolvem trabalhos voluntários (aproximadamente 300 mil), ou seja, sem remuneração. Considerando apenas o trabalho remunerado, observou-se uma participação de 2,2% da população ocupada neste setor em relação ao total de mão-de-obra empregada no país (Gráfico 1).



Fonte: Pesquisa Comparativa Johns Hopkins – ISER, 1999.

Gráfico 1 – Participação do setor sem fins lucrativos no total de pessoal ocupado, por países
Fonte: Hudson, 2004.

Seria enganoso achar que somente o primeiro e o segundo setores operam com dinheiro, como se o terceiro pudesse renunciar a este instrumento. O que caracteriza cada setor em face dos recursos financeiros é o seguinte:

- Primeiro Setor: dinheiro público para fins públicos;
- Segundo Setor: dinheiro privado para fins privados;
- Terceiro Setor: dinheiro privado para fins públicos (nada impede, todavia, que o poder público destine verbas para o Terceiro Setor, pois é seu dever promover a solidariedade social).

Qualificam-se como entidades do Terceiro Setor: as ONGs; associações; fundações; entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia, entre outras várias organizações da sociedade civil.

O Terceiro Setor abrange ações públicas que saem do domínio estatal e passam a ser encampadas por organizações da sociedade civil. É o surgimento da iniciativa privada com fins públicos, com o objetivo de combater grandes problemas do mundo atual, como a pobreza, violência, poluição, analfabetismo, racismo, etc.

São instituições com grande potencial de representatividade, podendo ser vistas como legítimas representantes dos interesses da sociedade civil.

É notório que ações públicas são comprovadamente mais eficazes se realizadas em parceria. Ações conjuntas entre o governo e organizações da sociedade civil fazem parte da política global de descentralização, citada na Constituição Federal brasileira de 1988 (cap., seções A e C).

Para Hudson (2004), o setor é formado por uma diversificação muito grande de organizações, pois agrega os mais diversos tipos de instituições das mais diversas naturezas, tais como: algumas são instituições de caridade, outras não; existem aquelas com grande número de associados, outras com poucos; muitas são basicamente financiadas pelo governo, outras não aceitam nenhum tipo de financiamento governamental; podem ser politicamente de centro, da esquerda ou da direita, ou sem ideologia política definida; podem ser grandes e muitas são pequenas.

O crescimento do Terceiro Setor denota um aumento do compromisso da sociedade com a cidadania; e o produto das organizações da sociedade civil é um ser humano mudado, consciente de suas responsabilidades como cidadão global.

Sabe-se que o Terceiro Setor está em pleno crescimento no mundo. Entretanto, existe uma grande dificuldade no dimensionamento do verdadeiro potencial das organizações da sociedade civil. Há uma falta de coerência em informações como cifras, número de instituições, quantidade de trabalhadores remunerados e voluntários. Porém, os dados disponíveis indicam um efetivo aumento nas atividades deste setor da sociedade.

Apesar da multiplicação das ONGs e de outras categorias de organizações da sociedade civil no Brasil, ele ainda apresenta números muito inferiores aos de países da Europa ou da América do Norte.

6 ASPECTOS LEGAIS

Para montar uma ONG, primeiramente é preciso saber o que é essa instituição. Na verdade, o nome ONG significa Organização Não Governamental, designando as entidades sem fins lucrativos de caráter privado, podendo estas ser Associações ou Fundações, com forma regida pelo Código Civil.

Entendendo o que significa o termo ONG cabe decidir se esta será uma Associação ou Fundação. Mas qual a diferença entre os dois tipos de instituição?

A Associação é constituída pela reunião de pessoas com um fim comum. Para a sua constituição basta a reunião dos interessados em Assembléia Geral para a definição de seus objetivos e demais disposições sobre a constituição da entidade, conforme o Código Civil, a inscrição dos atos constitutivos em cartório (Estatuto, atas de fundação, aprovação do Estatuto, eleição e posse da diretoria) e inscrição junto à Receita Federal.

A Fundação é gerada a partir de um patrimônio doado através de testamento ou escritura pública com a finalidade de criar a instituição. O instituidor (o doador), se quiser, poderá indicar a forma como administrar esse patrimônio. Estes bens passam, após a transferência, a servir aos objetivos da Fundação e será fiscalizado pelo Ministério Público que, após a apresentação de um estudo de viabilidade dos fundadores, procederá a uma análise do mesmo, avaliando se o patrimônio doado é o suficiente para cumprir os fins estabelecidos na minuta de estatuto. Se não, o patrimônio será destinado a uma instituição congênere (ou seja, o patrimônio não volta mais para o instituidor, nem para a família deste). O Novo Código Civil estabelece que as fundações privadas só podem ter fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, o que exclui as de fins educacionais.

Importante frisar que as duas pessoas jurídicas, para serem constituídas, necessitam, obrigatoriamente, de um advogado, que irá visar o estatuto social e as atas de constituição, e de um contador, para o registro junto à Receita Federal.

Lembrando sempre que após a constituição de uma pessoa jurídica, esta instituição terá que prestar contas à Receita, e, conforme a sua personalidade

jurídica, deverá passar por auditorias anuais, prestações de contas junto ao Ministério Público (caso das Fundações), além de outras declarações.

Após esse primeiro passo a ONG passará a existir legalmente, podendo pleitear patrocínios, concorrer em editais de financiamento e adquirir títulos posteriores como de OSCIP, de Utilidade Pública Estadual, Utilidade Pública Federal, etc.

Do ponto de vista jurídico, a regulamentação das organizações do Terceiro Setor no Brasil é regida pela Lei 9.720, de 23 de março de 1999, e esta dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Com base na legislação brasileira, Correa (2005) aponta os pontos básicos para que organizações privadas sejam tipificadas como Terceiro Setor, ou seja:

- Natureza Jurídica: a empresa do Terceiro Setor, em qualquer de suas modalidades, é sempre entidade de direito privado.
- Falta de vinculação ao Poder Público: por não ser órgão público e por não ser integrante do Poder Público, não fica vinculada aos princípios da tutela administrativa, controle hierárquico, da legalidade etc.
- Fins não lucrativos: o Terceiro Setor não objetiva lucros e nem foi esse o motivo de sua criação
- Regime de trabalho: os funcionários das empresas do terceiro setor não podem possuir vínculo jurídico de trabalho com Poder Público, são regidos pelas normas de direito privado, ou seja, pela CLT, havendo liberdade para fixação de salários.

Estas medidas impedem ou, pelo menos, restringem que o Poder Público (Estado) possa participar na direção, comando ou criação das organizações do Terceiro Setor.

Conforme visto, até recentemente, a legislação brasileira não fazia distinção entre as diferentes organizações genericamente incluídas no Terceiro Setor, todas abrigadas sob o mesmo estatuto jurídico, mas podendo assumir diferentes formatos legais. Este fato gerava uma série de distorções e barreiras ao crescimento das instituições que, efetivamente, tinham finalidade e ação pública, sem fins lucrativos. Por conta, a partir de 1996, intensificaram-se os debates e a movimentação da

sociedade civil organizada, liderados pelo Conselho da Comunidade Solidária, que culminou com a aprovação de uma nova regulação para o setor.

A Lei 9.790, de março de 1999, também conhecida como novo marco legal do Terceiro Setor, introduziu importantes alterações, dentre as quais se destacam: os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, inclusive reconhecendo outras áreas de atuação social antes não contempladas legalmente; as novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e, a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos. É bom lembrar que, apesar das mudanças significativas, as qualificações anteriores das instituições do Terceiro Setor - certificado de fins filantrópicos e título de utilidade pública federal - continuam vigorando concomitantemente.

A fim de qualificar juridicamente as organizações do Terceiro Setor, a nova lei criou a figura da “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP), título que objetiva diferenciar aquelas instituições privadas de interesse público. Para tornar-se uma OSCIP, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais – título de utilidade pública e certificado de fins filantrópicos –, terão que atender a requisitos estabelecidos em lei. Vale destacar que a mudança da conformação jurídica das instituições é opcional e não significa perda dos benefícios fiscais já usufruídos. Para aquelas que optarem pela mudança, será assegurada a manutenção simultânea das qualificações (da antiga e da nova lei) por um prazo de cinco anos. Ademais, mesmo a qualificação como OSCIP não dispensa, para a utilização de benefícios fiscais, o credenciamento junto aos órgãos governamentais: registro de Declaração de Utilidade Pública Federal, concedida pelo Ministério da Justiça, e registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), vinculado ao Ministério da Previdência, para obtenção do Certificado de Fins Filantrópicos.

Podem ser qualificadas como OSCIP as organizações que realizam assistência social, atividades culturais, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, educação e saúde gratuita, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do voluntariado, dentre outras. Dessa maneira, admitindo a existência de entidades de direito privado com objetivo público, foram excluídas da composição do Terceiro Setor, para efeitos legais: as instituições estatais; as organizações de

mercado; as cooperativas; as organizações sindicais; as entidades representativas de profissão ou partido político; os fundos de previdência e de pensão e as instituições vinculadas a igrejas ou práticas devocionais, com exceção daquelas que visam apenas o bem comum.

7 PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS NO TERCEIRO SETOR

Apesar da pequena contribuição das empresas no orçamento total das organizações do Terceiro Setor, sua participação tem sido crescente nos últimos anos, especialmente a partir das fundações e institutos a elas vinculados. Nesse cenário, as empresas passam a ser integrantes importantes deste setor ao gerir seus próprios projetos sociais ou, ainda, o que é mais comum, ao se associarem, com suporte técnico-financeiro a organizações da sociedade civil que já desenvolvem projetos bem-sucedidos nos mais diversos campos de atuação: educação, saúde, trabalho e renda e assistência social principalmente. Este tipo de atuação das empresas nacionais e corporações multinacionais, marca a tendência moderna de substituir as práticas, até então vigentes, fundamentadas na filantropia tradicional, caracterizada principalmente pelas doações pontuais e assistenciais aos empregados, a seus familiares e às comunidades circunjacentes às sedes empresariais.

Também neste segmento, são poucos os dados existentes sobre os gastos ou investimentos das empresas em atividades sociais adicionais àquelas que se configuram como obrigações legais. Os mais recentes são o resultado de algumas pesquisas parciais desenvolvidas por instituições como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (Senac-SP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

8 TENDÊNCIAS E DESAFIOS

A discussão nacional sobre a resolução da complexa questão social presente na estrutura brasileira e o seu desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado, dentre tantas, a noção de co-responsabilidade e de complementaridade entre as ações efetivadas pelos diversos setores e atores que atuam no campo social.

A interação de ações e agentes que implementam políticas públicas propicia a troca de conhecimento sobre as distintas experiências, proporcionam maior racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e visa evitar superposições de recursos e competências, dentre outros. Assiste-se, principalmente a partir de meados da década de 90, à formação e ao fortalecimento das redes de trabalho, impulsionadas também pelo acelerado desenvolvimento da tecnologia de informação. Organizadas a partir de temas, interesses, regiões, formas de atuação, público-alvo, parcerias, conhecimentos e outras motivações, as redes denotam um novo paradigma de relações, práticas sociais e estratégias de ação coletiva. Como exemplos, a Rede de Voluntariado, a Rede de Informações para o Terceiro Setor, redes de atendimento extra-hospitalar e as redes municipais de atenção a crianças e jovens, conforme preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A noção de co-responsabilidade tem impulsionado a constituição de parcerias, que implica em reconhecer, entender e encontrar as formas de relacionamento entre agentes com lógicas distintas de atuação em torno de objetivos comuns, sem perda de identidade e desvio de suas missões institucionais. Nesse sentido, as significativas diferenças e conflitos entre as lógicas de governo, de mercado e da sociedade civil organizada são dificuldades entendidas como incentivos à constituição de arranjos cooperativos entre as partes.

Devido à natureza diversificada e às funções que desempenham, as instituições governamentais, as organizações do mercado e as da sociedade aglutinam competências bastante diferentes, mas cuja complementaridade é cada vez maior e necessária.

Para a constituição de parcerias são colocados crescentes desafios não apenas aos setores público e privado, mas também ao setor sem fins lucrativos. Estes se traduzem, dentre outros, por redefinições de funções tradicionais, novos formatos de organização interna, adequação de conformações jurídicas, melhorias na capacitação de recursos humanos e na gestão institucional, em busca de eficiência e eficácia, transparência, avaliação e qualidade de resultados e reconhecimento e legitimidade junto à sociedade.

Estas redefinições vêm exercendo especial influência sobre o comportamento das organizações que constituem o terceiro setor. As informações apresentadas neste relato permitem identificar que o setor desempenha um importante papel na sociedade moderna como agente do desenvolvimento social. A legislação recém-elaborada para o setor, cujo estágio de implementação ainda não permite avaliar resultados, buscou interferir em alguns dos aspectos que dificultam, por várias razões, este desenvolvimento.

Considerando-se as transformações socioeconômicas e políticas brasileiras, é possível identificar alguns dos atuais desafios que se colocam para as organizações da sociedade civil que desempenham função social, no sentido de fortalecer sua possibilidade e sua capacidade de influir nas decisões, na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas:

- Construção de uma identidade que destaque as diferentes naturezas e objetivos das instituições que integram o Terceiro Setor, de forma a dar transparência a suas atividades e facilitar o encaminhamento de políticas específicas;
- Ampliação do diálogo entre as instituições do Terceiro Setor para o desenvolvimento de competências que gerem maior eficiência nas atividades desenvolvidas; a troca e o compartilhamento de capacidades e conhecimentos específicos, além de ações conjuntas, propiciam uma ampliação do foco de análise de cada participante, tornando mais eficaz o enfrentamento de problemas muitas vezes comuns dentro da área social. Nesse sentido, cabe destacar as iniciativas de desenvolvimento institucional via redes específicas, como as regionais filiadas à Abong e à Rits, criada em 1998, de escala nacional;

- Formação de novas competências organizacionais e operacionais, incremento da capacidade técnica e administrativa, melhorias de gestão, qualificação multidisciplinar, política de comunicação externa e planejamento de marketing são exemplos de práticas que podem ser introduzidas ou melhoradas no intuito de elevar o desempenho técnico-operacional das instituições que perseguem fins públicos;
- Elaboração de estratégias que viabilizem a sustentabilidade das ações propostas, procurando garantir fontes múltiplas de recursos a fim de evitar reduções drásticas no orçamento. Formalização de parcerias com empresas, obtenção de recursos públicos, captação externa, aumento das captações via doações e prestação de serviços são estratégias a serem utilizadas com este objetivo. Além disso, a geração interna de recursos é mais uma alternativa para garantir a continuidade das ações planejadas. Aqui, o grande desafio está em produzir e vender produtos e serviços, sem que isso signifique, contudo, um desvio dos princípios e valores que regem a missão das organizações sem fins lucrativos;
- Estruturação de novos perfis institucionais que combinem os tradicionais elementos de informalidade e democracia interna, típicos das ONGs brasileiras, com novos patamares de eficiência organizacional, transparência e responsabilidade pública. Destaca-se aqui a importância da adoção de sistemas de planejamento, avaliação e monitoramento do trabalho (ABONG, 2000);
- Implementar atividades de sistematização, no sentido de identificar e ordenar as ações desenvolvidas, o que facilita não apenas a apropriação dos resultados, mas também a difusão de metodologias e sua capacidade de influenciar e contribuir para a formulação e melhoria das políticas públicas.

De uma forma geral, estes desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do Terceiro Setor. O movimento relativo a maiores exigências de desenvolvimento institucional destas organizações (inclusive fundações empresariais) no Brasil é recente, intensificado a partir da década de 90.

De fato, é visível o aumento do número de profissionais envolvidos com serviços de apoio e capacitação institucional, bem como o aumento no número de

cursos e centros de estudos voltados para o terceiro setor nas universidades brasileiras, especialmente nas públicas federais. Os principais temas destes cursos e serviços estão voltados para as atividades de planejamento estratégico, avaliação e monitoramento, elaboração de projetos e captação de recursos.

9 HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS DAS APAES

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é um movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down.

Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae do Brasil. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil. Esta colocou a disposição, parte de um prédio, para que instalassem uma escola pra crianças excepcionais, conforme desejo do professor La Fayette Cortes.

A entidade passou a contar com a sede provisória onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira.

De 1954 a 1962, surgiram outras Apaes. No final de 1962, doze das dezesseis existentes, nessa época, encontraram-se, em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos, presidida pelo medico psiquiatra Dr. Stanislau Krynsky. Participaram as de Caxias do Sul, Curitiba, Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda. Pela primeira vez, no Brasil, discutia-se a questão da pessoa portadora de deficiência com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área.

Para uma melhor articulação de suas idéias, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional. A primeira idéia era a formação de um Conselho e a segunda a criação da Federação de Apaes. Prevaleceu esta última que foi fundada

no dia 10 de novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em São Paulo, no Consultório do Dr. Stanislau Krynsky. O primeiro presidente da diretoria provisória eleita foi Dr. Antonio Clemente Filho.

Com a aquisição da sede própria a Federação foi transferida para Brasília. Adotou-se como símbolo a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra de proteção.

A Federação, a exemplo de uma Apae, se caracteriza por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada, congregando como filiadas as Apaes e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília-DF.

O Movimento logo se expandiu para outras capitais e depois para o interior dos Estados. Hoje, decorridos cinquenta e três anos, são mais de duas mil, espalhadas pelo Brasil. É o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo na sua área de atuação. É uma explosão de multiplicação, verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades de um país como o nosso, terrivelmente carente de recursos no campo da Educação e mais ainda, na área de Educação Especial. Este crescimento vertiginoso se deu graças à atuação da Federação Nacional e das Federações Estaduais, que, seguindo a mesma linha filosófica da primeira, permitiram e incentivaram a formação de novas Apaes. Estas, através de congressos, encontros, cursos, palestras etc., sensibilizam a sociedade em geral, bem como, viabilizam os mecanismos que garantam os direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil.

A Apae vem a ser constituída e integrada por pais e amigos de uma comunidade significativa de alunos portadores de necessidades especiais, contando para tanto com a colaboração da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos, enfim, de todos quantos acreditam, apostam e lutam pela causa da pessoa com deficiência.

A entidade, em grande parte, apesar de gozar do registro como associação de utilidade pública em todos os quadrantes federal, estadual e municipal, defronta-se com as mais diversas dificuldades, essencialmente no tocante a pessoal e a questão financeira. Estes últimos recursos talvez sejam insignificantes, se comparados à importância do compromisso que todo integrante do movimento tem diante da sociedade, da família e da própria pessoa com deficiência.

10 APAE – CRIXÁS

10.1 Missão

Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio às famílias, direcionadas a melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

10.2 Diretoria Executiva

GESTÃO 2008 / 2010

Cargo	Nome
Presidente	Pauloney Cursino Ribeiro
Vice-Presidente	Maria Aparecida Soares Silva
1º Secretário	Marta Maria P. Vicznevik
2º Secretário	Virgínia José de Araujo
1º Diretor Financeiro	Paulo Soares Teixeira
2º Diretor Financeiro	Maria Divina Peixoto Lessa
Diretor Social	Divina Aparecida de Jesus C. Ribeiro
Diretor de Patrimônio	Edson Teixeira de Abreu
Procurador Jurídico	Dr. David Maciel Dias

10.3 Parceiros

Hoje a APAE – Crixás conta com dois parceiros de empresas privadas, Mineração Serra Grande e Servitec, sendo que é repassado um valor fixo mensal para a instituição. A Prefeitura Municipal de Crixás também contribuía com a instituição, porém no atual mandato a verba destinada à mesma foi retirada, sendo assim os maiores parceiros da instituição são os citados acima e os voluntários que contribuem com um valor mensal fixo.

10.4 Histórico APAE – Crixás

A APAE – Crixás nasceu da necessidade local e da boa vontade da comunidade. É importante registrar que a decisão da prefeitura em acampar esta idéia surgiu nas dependências do COC (sistema COC de ensino) e contou com a presença do prefeito municipal Dr. Orlando Silva Naziozeno e da primeira dama, Sra. Maria Nunes Naziozeno (mandato de 1997/2000), da psicóloga e da presidente da APAE – Crixás, Dra. Delma Longo Neves e do mantenedor do COC, Dr. Chawki Zaher; este último foi o idealizador do encontro que culminou com a decisão de iniciar os trabalhos da APAE – Crixás. O Dr. Chawki Zaher, na oportunidade, decidiu fazer doações de equipamentos e moveis para viabilizar a implantação. Não se pode deixar de destacar a sensibilidade social dos vereadores (1997/2000), com aprovação unânime autorizando o município a contrair gastos com a implantação e manutenção da APAE- Crixás.

A Associação foi fundada no dia 27 de abril de 1998, tendo como presidente Dra. Delma Longo Neves. Foram iniciados os trabalhos no dia 25 de agosto de 1998, em uma casa alugada pela prefeitura municipal com capacidade para 34 (trinta e quatro) alunos, que recebiam a educação de acordo com o nível de cada um. A equipe era formada da seguinte forma: cinco professores, diretora, secretária, agente de limpeza, merendeira, vigia, psicóloga e fisioterapeuta, sendo cedido pela prefeitura, assim como o transporte para os alunos.

Com a necessidade de integrá-los à sociedade, incentivou-se a participação em eventos como: festas juninas, feira de ciências, desfile da cidade e encontros com outras escolas.

O sonho da primeira diretoria executiva era a construção de sede própria. E com muito entusiasmo, coragem e acreditando que todo desafio é mais um convite a luta, foi realizado este sonho. Fica também ressaltado a dedicação especial do Dr. Washington Neves de Sousa, esposo da presidente Dra. Delma, e da Sra. Eva Pereira Neves Martins que não mediram esforços para a grande realização. A sede foi inaugurada em 03 de junho de 2000, com a posse da segunda diretoria executiva, tendo como presidente Maria Goretti Vieira Rocha Borges.

Hoje conta com a seguinte diretoria: diretora, secretaria, psicóloga, fisioterapeuta, fonoaudióloga, seis professores, agente de limpeza, merendeira, vigia

e motorista.

10.5 Diagnóstico da instituição

A instituição hoje possui sua sede própria, localizada no centro da cidade de Crixás, funcionando com seis professores, diretora, secretária, psicóloga, fonoaudióloga, fisioterapeuta uma vez por semana, motorista, vigia, merendeira e agente de limpeza. Na alimentação, tem o apoio da Mineração Serra Grande e também conta com a ajuda dos sócios.

A instituição tem o objetivo de proporcionar melhoria na qualidade de vida do portador de necessidades especiais, realizando ações que evitem o agravamento do quadro clínico do aluno promovendo o acesso a eventos, exposições de artes com a participação de outros segmentos sociais como passeios, festas, excursões, elegendo a participação da família e da comunidade. Buscando a homogeneidade para que pessoas diferentes, criados em contextos diferentes, expostas a realidades diferentes, desenvolvam conseqüentemente, habilidades e conhecimentos diferentes. Embora a diferença não signifique a capacidade de uns para aprender e a incapacidade de outros, sua existência aponta a necessidade de que o trabalho escolar possa incorporar a heterogeneidade que constitui o real, sendo construído a partir dessas diferenças, que o torna mais rico e dinâmico.

Através da construção da escola desejada, busca-se um projeto educativo baseados nos princípios de integração/inclusão, priorizando uma realidade pedagógica que considere essas diferenças e formulando políticas educacionais que assegurem a inclusão dos excluídos e a ampliação da cidadania.

10.6 Objetivos da instituição

- Garantir melhoria na qualidade de vida do aluno portador de necessidades especiais;
- Desenvolver a cidadania como participação social, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e social, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade cooperação e respeito;

- O aluno é o sujeito da aprendizagem. O professor colocará o aluno em condições propícias para que, partindo das suas necessidades e estimulando os seus interesses, possa buscar por si mesmo conhecimento;
- Que os alunos sejam capazes de utilizar diferentes linguagens: verbal, musical, matemática, plástica e corporal, como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Integração dos serviços educacionais com os do sistema de saúde e da assistência social garantindo a totalidade do processo formativo e atendimento adequado;
- Oferecer recursos de apoio abstração como visuais, auditivos, gráficos, matérias manipulativas;
- Trabalho cooperativo e participativo;
- Evitar que as programações individuais sejam definidas, organizadas e realizadas com prejuízos para o aluno, mas para o seu desempenho, promoção escolar e socialização;
- Apoio dos familiares, interagir família, escola e alunado.

11 METODOLOGIA

11.1 Concepção da Pesquisa

A metodologia é a determinação dos métodos aplicados na resolução das tarefas de uma organização seguindo critérios determinados nas aplicações das ações a serem tomadas nas equalizações das etapas do processo. E conforme relato de Ruiz (2002, p. 137) "A palavra método é de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade".

A pesquisa realizada foi feita em uma instituição sem fins lucrativos que visa o bem-estar de todos envolvidos, sendo que um de seus intuitos é a defesa dos direitos que tende a propor, subsidiar a formulação de legislações e garantir que os direitos das pessoas com deficiência estejam incluídos em todas as políticas públicas.

Portanto, foi feito um estudo de caso na instituição para analisar o que se passa na mesma e identificar as dificuldades e desafios encontrados pelos alunos e profissionais que atuam na organização.

11.2 Método da Pesquisa

Visando uma maior coleta de dados foi desenvolvido um questionário e uma pesquisa de natureza exploratória. Conforme Selltiz (1967), citado por Gil (2002), "este método de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, e aperfeiçoamento de idéias ou descoberta de instituições". Além de haver um planejamento bastante flexível e de maneira que venha possibilitar a consideração de inúmeros aspectos referentes ao fato estudado.

Sendo também utilizada a pesquisa documental, que de acordo Gil (2002), se assemelha bastante à pesquisa bibliográfica, pois ambas se diferenciam basicamente na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica se utiliza essencialmente das contribuições de vários autores, conforme determinado tema. "A

pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (GIL, 1996, p.51).

12 RESULTADOS DA PESQUISA

Depois de concluído o método de pesquisa utilizado para este estudo, no caso a pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, para dar segmento ao trabalho, foram utilizados alguns instrumentos de coletas de dados, tais como: o contato com a instituição pesquisada, que atua na área sócio assistencial, para observar o cotidiano da mesma.

De acordo com Gil (1996), pode se concluir que as pesquisas seguem os mesmos passos, considera apenas que na pesquisa bibliográfica as fontes são estabelecidas por materiais impressos encontrados nas bibliotecas, e, no entanto, na pesquisa documental, tais fontes são bem mais diversificadas e dispersas.

Portanto, com as coletas dos dados, através do questionário aplicado, foram encontrados os resultados, representados nos gráficos a seguir:

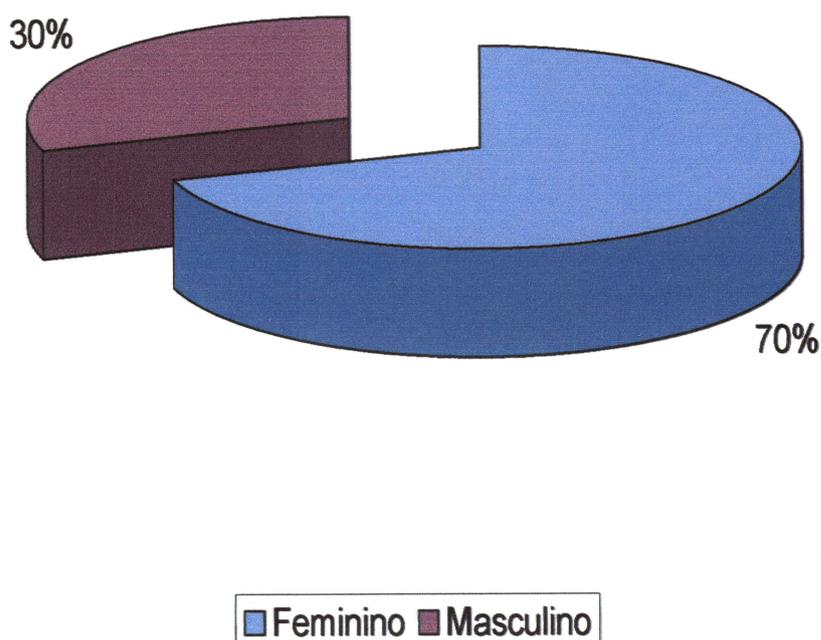


Gráfico 2 – Gênero dos entrevistados
Fonte: elaborado pela autora, 2008

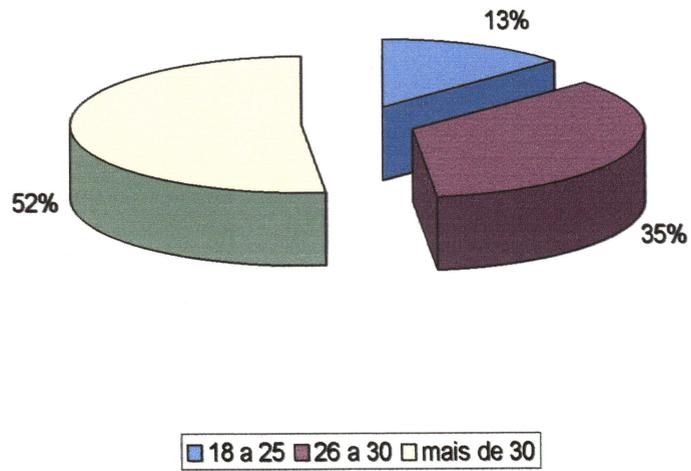


Gráfico 3 – Idade dos voluntários
Fonte: elaborado pela autora, 2008

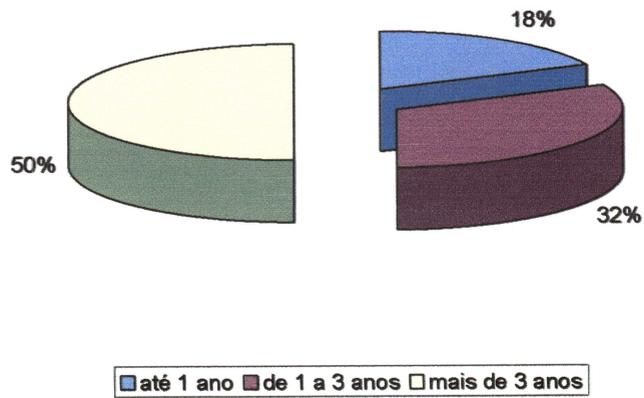


Gráfico 4 – Tempo de voluntariado
Fonte: elaborado pela autora, 2008

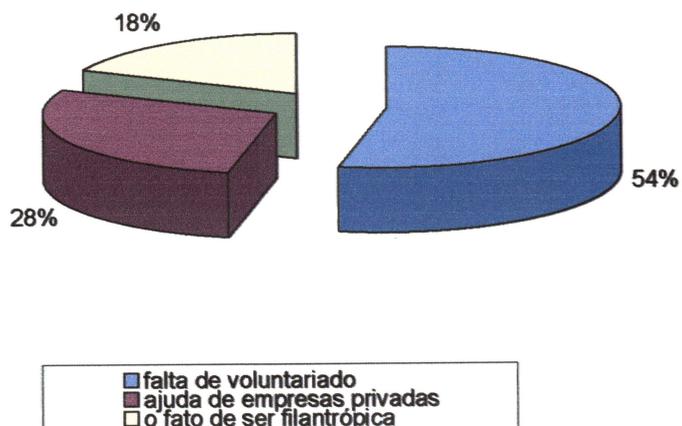


Gráfico 5 – Dificuldade encontrada pela instituição
Fonte: elaborado pela autora, 2008

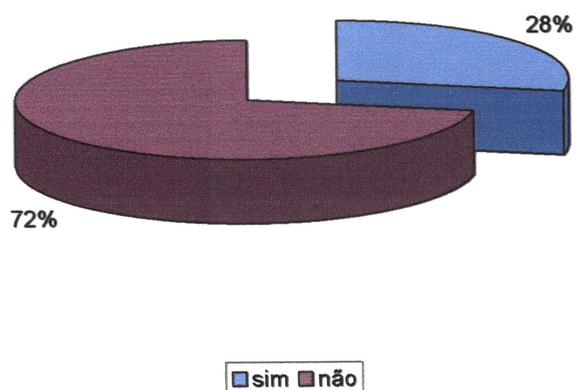


Gráfico 6 – Participação da sociedade na instituição
Fonte: elaborado pela autora, 2008

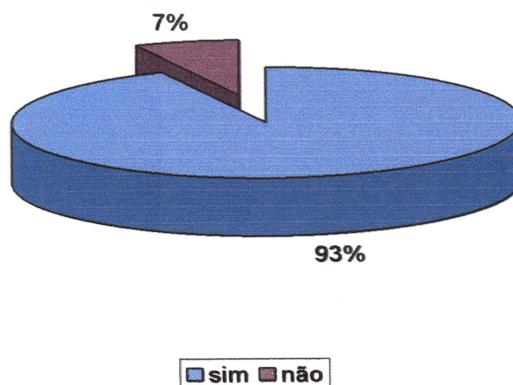


Gráfico 7 – Estrutura APAE – Crixás é apropriada para os alunos
Fonte: elaborado pela autora, 2008

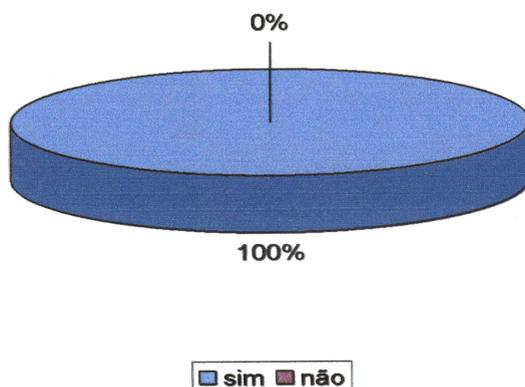


Gráfico 8 – Apoio da instituição para os familiares
Fonte: elaborado pela autora, 2008

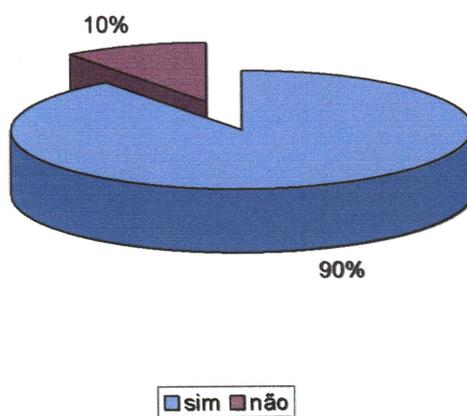


Gráfico 9 – Funcionários são preparados para atender aos alunos
Fonte: elaborado pela autora, 2008

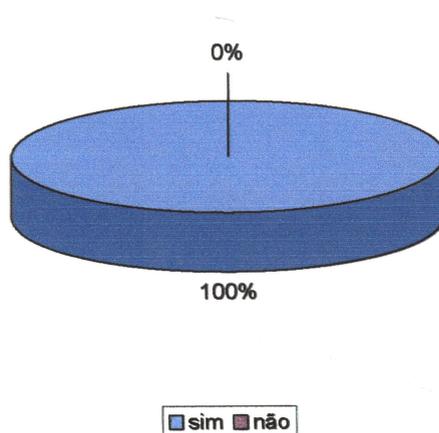


Gráfico 10 – Se tem conhecimento do objetivo da instituição
Fonte: elaborado pela autora, 2008

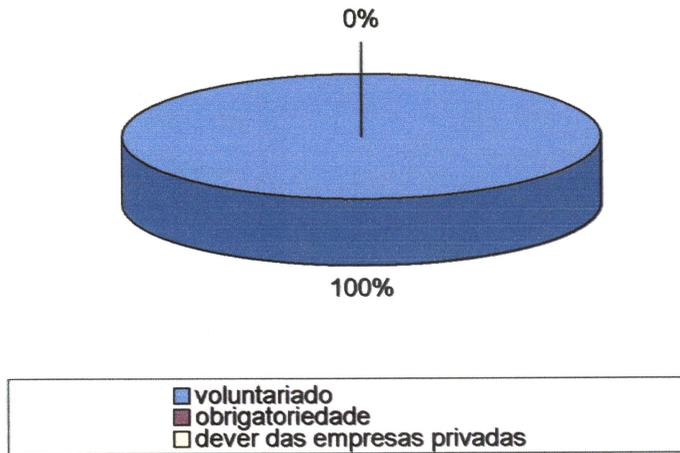


Gráfico 11 – O que se entende por 3º setor
Fonte: elaborado pela autora, 2008

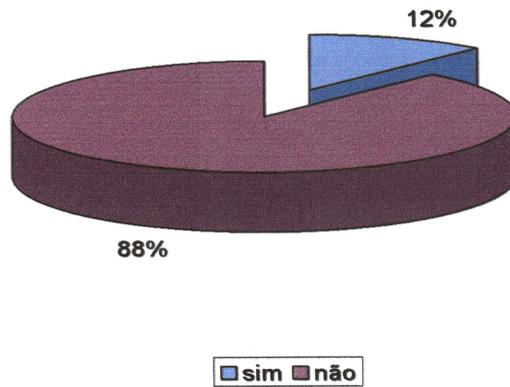


Gráfico 12 – Você já tinha atuado em uma ONG
Fonte: elaborado pela autora, 2008

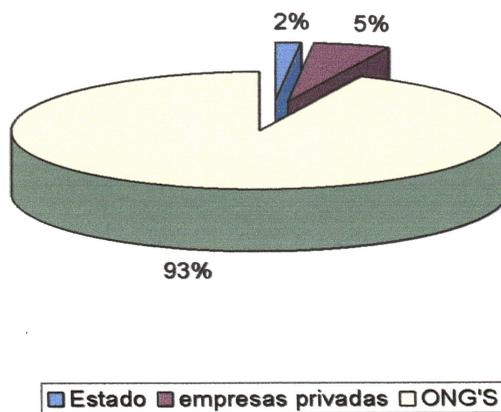


Gráfico 13 – Qual setor é representado pelo terceiro setor
Fonte: elaborado pela autora, 2008

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje se torna bastante evidente a importância das organizações do Terceiro Setor no País e no Mundo. Devido a uma péssima distribuição de renda e uma má administração dos recursos públicos, a maior parte da sociedade se encontra em uma difícil situação econômico-social.

Face ao que foi apresentado, pode-se concluir que a característica fundamental que distingue as atividades do Terceiro Setor é a lógica que fundamenta a sua prática e as suas ações; bem como, os objetivos a serem alcançados e a garantia de melhores resultados, assim como a visão de mundo e de ser humano em que se baseiam os seus dirigentes (SALVATORE, 2004).

Ainda existe grandes disparidade com relação a conceitos e nomenclaturas quando se trata do Terceiro Setor: sociedade civil, sociedade sem fins lucrativos, organizações não governamentais (ONGs), OSCIP, etc. Essa diversidade de conceitos provoca grande confusão, pois encerra aspectos jurídicos e organizacionais relevantes para qualquer tipo de conclusão. De qualquer forma, o conceito de Terceiro Setor engloba sempre a questão do tripé Estado, mercado e sociedade civil (RODRIGUES, 2004).

Pode-se perceber que a organização sem fins lucrativos tem uma grande importância na sociedade, tanto para os alunos como para os familiares e para o ambiente em sua volta. A instituição é um suporte para os alunos que necessitam de ajuda mais especial.

O que se observa é a falta de voluntariado e desinteresse de órgãos públicos municipais em determinadas regiões, pois se sabe que a organização depende de doações e solidariedade de todos.

Sendo assim, percebe se que a organização pesquisada tem suas dificuldades e, constantemente, desafios a serem superados. Por ser uma organização sem fins lucrativos, a instituição tem que buscar meios para se manter.

Ela tem total estrutura para manter os alunos que hoje ficam sob sua responsabilidade e oferece total suporte para os educandos e seus familiares.

De acordo com as informações coletadas, observa-se que a instituição deve buscar meios para tentar envolver a sociedade e mostrar o seu trabalho. Assim, poderá ocorrer uma maior conscientização das pessoas envolvidas na organização e, até mesmo, uma iniciativa em participar por parte daqueles que ainda se encontram do lado de fora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. ONGs, identidade e desafios atuais. **Cadernos ABONG**, n. 27, maio, 2000.

AGUIAR, A. B. ; MARTINS, G. A. . A teoria das estruturas organizacionais de mintzberg e a gestão estratégica de custos: um estudo nas ONGS paulistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 11., 2004, Porto Seguro. **Resumos...** Porto Seguro, 2004.

PROGRAMA de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social Área Social, BNDES: Brasília, 2000.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Marco legal do terceiro setor. **Cadernos do Comunidade Solidária**, n. 5. Brasília, 1998.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. OSCIP – A Lei 9.790/99 como alternativa ao terceiro setor. **Cadernos do Comunidade Solidária**. Ministério da Justiça. Brasília, set. 2000.

CORREA, F. C. **Terceiro setor e gestão social**. Disponível em: http://www.educacaofiscal.rj.gov.br/pdf/caderno_3osetor.pdf. Acesso em 22 ago. 2005.

DRUCKER, P.F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

DESS, GREGORY. "Enterprising nonprofits". **Harvard Business Review**, jan-feb, 1998.

GARRISON, John. **Do confronto à colaboração**: relação entre sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília :Banco Mundial, 2000.

INVESTIMENTO social privado no Brasil: perfil e catálogo dos associados GIFE. GIFE: São Paulo, 2001.

GÓES DE PAULA; Sérgio e ROHDEN, Fabíola. **Empresas e filantropia no Brasil:** um estudo sobre o Prêmio ECO. Rio de Janeiro: ISER, 1996.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor:** o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

IOSCHPE, Evelyn (org.). **3º Setor:** desenvolvimento social sustentado. Paz e Terra, São Paulo, 1997.

LANDIM, Leilah; LIGNEUI, Leticia. **ONGs:** um perfil. Abong/Iser. São Paulo, 1999.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. **As Organizações sem fins lucrativos no Brasil:** ocupações, despesas e recursos". Iser. São Paulo, 2000.

RODRIGUES, A. L. Configurações organizacionais em organizações sem fins lucrativos: reflexões além da simples adoção de modelos. In: VOLTOLINI, R (Org.) **Terceiro Setor – Planejamento e Gestão.** 2 ed. São Paulo: SENAC, 2004. p. 121-141.

SALVATORE, V. A racionalidade do Terceiro Setor. In: VOLTOLINI, R (Org.) **Terceiro Setor – Planejamento e Gestão.** 2 ed. São Paulo: SENAC, 2004.

SITE CONSULTADO

<http://crixas.apaebrasil.org.br>

APÊNDICE

APÊNDICE A

FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba
Disciplina: Estágio Supervisionado
Orientador: Enoc
Acadêmica: Jakelliny Soares Silva

Questionário para avaliação e coletas de dados – APAE – Crixás, destinados a voluntários escolhidos aleatoriamente. 28/10/2008.

1 – Sexo:

Feminino Masculino

2 – Idade

18 a 25 26 a 30 mais de 30

3 – A quanto tempo você é voluntário:

até 1 ano de 1 ano a 3 anos mais de 3 anos

4 – Na sua opinião qual a maior dificuldade encontrada pela APAE – Cixás?

falta de voluntariado ajuda de empresas privadas o fato de ser filantrópica

5 – Você acredita que a sociedade tem uma participação ativa na APAE – Cixás?

SIM NÃO

6 – A estrutura da APAE – Cixás, é apropriada para seus alunos?

SIM NÃO

7 – A APAE – Cixás dá total apoio para as famílias de seus alunos?

SIM NÃO

8 – Os funcionários da instituição são preparados para receberem os alunos da mesma?

SIM NÃO

9 – Você conhece o principal motivo da instituição?

SIM NÃO

10 – O que você entende por 3º setor?

Voluntariado Obrigatoriedade Dever de empresas privadas

11 – Você já tinha atuado em uma ONG's ?

SIM NÃO

12 – Qual setor é representado pelo terceiro setor?

Estado Empresas privadas Organizações sem fins lucrativos

APÊNDICE B**DADOS DA AUTORA**

Nome: Jakelliny Soares Silva

Nr. Matrícula: 0302240801

Cidade: Crixás – GO

CEP: 765-10.000

Fone: (62) 3365-1605 / 8177-9913

Empresa: APAE – Crixás

Diretor Presidente: Maria Cristina

Responsável pelo estágio na empresa: Maria Cristina

Endereço: Rua Ricardo Neves, nr 01, Centro

Cidade: Crixás – GO

CEP: 765-10.000

Fone: (62) 3365-1693

ANEXOS

ANEXO A

Histórico de gestões passadas:

- GESTÃO 1963 – 1965
PRESIDENTE: Antônio Clemente Filho
Natural de São Paulo

“Co-fundador e tendo sido eleito para ocupar o cargo de primeiro Presidente da Federação Nacional das Apaes então com sede em São Paulo e na ocasião docente da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), valeu-me a boa disposição do Excelentíssimo Ministro da Educação, que intercedeu por mim junto a Reitoria da Universidade, permitindo-me cuidar dos assuntos da Federação Nacional das Apaes.

A Federação Nacional das Apaes se desenvolveu nos últimos vinte anos na medida em que mais Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais se constituíram, ultrapassando mais de duas mil Apaes espalhadas pelo Brasil, lutando para poderem oferecer às crianças deficientes mentais, os meios para se integrarem na comunidade e poderem, como as outras crianças, se desenvolverem e tornarem-se cidadãos prestantes, muitas vezes autônomos e por vezes arrimo da família.”

ANEXO B

- GESTÃO 1965 – 1967
PRESIDENTE: Antônio Semas S. Figueira (In Memoriam)
- GESTÃO 1967 - 1977
PRESIDENTE: José Cândido Maes Borba (In Memoriam)
Natural do Rio de Janeiro

“A minha relação com o Movimento, antes de assumir a Presidência da Federação Nacional das Apaes, vem desde o ano de 1.954, por ocasião da fundação da Apae Guanabara (hoje Apae Rio) a primeira a surgir em nosso país e que deu início ao Movimento Apaeano no Brasil.

Como sempre observamos, as comunidades, em geral, solicitavam o nosso apoio para que nelas fossem criadas uma Apae. Isto significa que a filosofia do nosso trabalho, a honestidade com que são desenvolvidos os nossos Programas e executados através de um idealismo uníssono de norte ao sul do país, lhes conferia uma certeza para a solução do problema de atendimento ao excepcional.

Segundo José Cândido Mães, presidente APAE em 1967 – 1977, até setembro de 1.972 existiam 108 Apaes filiadas e foi em 1.973 que o Movimento tomou um grande impulso. Em 1.979 as Apaes já estavam 100% filiadas e, a partir daí, o número delas aumentou de uma maneira surpreendente. Foi adotada a orientação de que as reuniões da Diretoria seriam rotativas, encarando-se a necessidade de se levar às várias regiões do país, a conscientização de que isto, na realidade, representa um Movimento nacional, procurando-se trabalhar uma unidade de doutrina, da filosofia, em fim, dar às Associações uma mesma diretriz, dentro da política por elas mesmas traçadas. A Federação teve que se estruturar para atender os objetivos das Apaes, nascendo vários eventos como as Olimpíadas, Exposição de Artes e os Congressos, sendo que no V Congresso Nacional das Apaes realizado no Rio de Janeiro em 1971, esteve presente o Presidente da República Emílio Garrastazu Médice.

A partir de 1977 a Federação promove a Exposição de Artes juntamente com o Congresso Nacional, sendo expostos os vinte melhores trabalhos selecionados em

exposições estaduais. A primeira foi realizada em Teresina/PI e a segunda em Florianópolis/SC.

Durante esses anos, a Federação se fazia representar em eventos nacionais e internacionais, discutiu diretamente com os Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde, do Trabalho, da Previdência Social e da Justiça os problemas relacionados com os excepcionais, com as Entidades, principalmente para obtenção de recursos físicos, materiais, financeiros necessários ao desenvolvimento do trabalho que elas executam. Da mesma forma e com o mesmo objetivo, com Governadores e Secretários de vários Estados, bem como, com dirigentes de serviços de educação especial e prestou colaboração aos Poderes Legislativos nos seus interesses de propiciarem medidas legais de amparo ao excepcional.

O nosso Movimento Apaeano cresce e se expande cada vez em maior intensidade e, com ele cresce também, a responsabilidade e o trabalho. Por isso, é imprescindível que todos se integrem a Federação Nacional das Apaes e por ela lutem, porque dessa união de esforço, nesse espírito de unidade que nos caracteriza, está a grande força e o grande prestígio do nosso Movimento e das nossas Apaes.”

ANEXO C

- GESTÃO 1977 – 1981
PRESIDENTE: Justino Alves Pereira
Natural de Minas Gerais

“Nestes 50 anos de atividades do Movimento Apaeano, “iniciando como alguém que andasse na escuridão de um grande túnel, iluminando-o com uma pequena vela, até atingir-se, como ocorreu à plenitude do reconhecimento Comunitário e Governamental de hoje, quanto à prevenção e ao atendimento multidisciplinar de habilitação para vida plena da Pessoa Deficiente, quanto às suas características mentais, físicas e sensoriais, tão bem caracterizadas por S. João Maria de Vianey, pelo Aleijadinho e pelo Presidente Roosevelt, por Beethoven e por Helen Keller, culminando com a lei da CORDE, que eu chamo de Lei da Abolição da Escravatura do Deficiente, graças aos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney, bem como, o Decreto que a regulamentou 3298/99, devido ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, somando-se a esse intenso trabalho, os bens materiais adquiridos como as sedes anterior e atual da Federação Nacional das Apaes.

“Não trocamos nosso filho excepcional por nenhuma fortuna deste mundo, mas daríamos toda a fortuna do mundo para evitar que alguém tenha um filho excepcional e para que, caso o tenha, não sinta as limitações legais e sociais que sentimos até hoje.”

ANEXO D

- GESTÃO 1981 – 1987

PRESIDENTE: Elpídio Araújo Neris

Natural do Piauí

“No ano de 1981 foi realizada a primeira campanha promocional da Fenapaes, patrocinada pelo Cine Foto Júnior de São Paulo, com o apoio da FIESP. Em 1982 foi quitada, antecipadamente, o financiamento da atual sede da Fenapaes e realizada uma campanha nacional, cujos resultados significativos, marcou o início da independência econômica do Movimento Apaeano. Os recursos arrecadados foram distribuídos entre as 300 Apaes filiadas. Em 1983 na Abertura do Congresso Nacional em Fortaleza/CE, fui reeleito e foi lançado o desafio ao Governo Federal para a criação de um organismo formador da política de integração da pessoa portadora de deficiência e, ao mesmo tempo, coordenador das ações do Governo e de auxílio às entidades. Como resposta a esse desafio, foi criado o Comitê Governamental do qual participei e que estudou e sugeriu a criação da CORDE e de seu Conselho Consultivo hoje CONADE. A Federação foi membro do Conselho da Liga Internacional de Associações pró Deficientes Mentais, hoje Inclusão Internacional, e nessa condição participou de suas reuniões, congressos, seminários e encontros em vários países da América, Europa, Ásia e África. Juntamente com a Apae de Niterói, a Federação Nacional organizou, realizou e presidiu o 9º Congresso Mundial da Liga Internacional que foi realizado no Brasil em 1986, Hotel Nacional na cidade do Rio de Janeiro, o único sediado na América do Sul.”

ANEXO E

- GESTÃO 1987 – 1991

PRESIDENTE: Nelson de Carvalho Seixas

Natural de São Paulo

“Ao tomar conhecimento da existência do Movimento Apaeano, interessei-me na fundação de uma unidade na minha cidade São José do Rio Preto /SP que aconteceu em 22 de maio de 1964, movido também pela condição de pai de dois filhos portadores de deficiência mental, nascidos respectivamente em 1956 e 1960, iniciando-se assim a minha relação com o Movimento das Apaes. Antes de assumir a Presidência da Federação Nacional das Apaes, participei ativamente das suas ações, incentivando e colaborando na criação e organização de numerosas Apaes na Região Oeste e em outras Regiões do Estado de São Paulo e nos Estados circunvizinhos (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) e vários encontros e reuniões no Estado de São Paulo e Região Sul para troca de experiências, sendo que nessa época havia poucos técnicos na área (professores e alguns psicólogos), pouca literatura e escassez de material pedagógico.

Já como Presidente da Federação Nacional das Apaes, participei como parlamentar da Constituinte, conseguindo inserir na Carta Magna de 1988 vários dispositivos em benefício das pessoas portadoras de deficiência, além de conseguir que as Apaes participassem dos colegiados, fazer parte do Conselho Nacional da Saúde, indicar a Coordenadora da CORDE e de outras numerosas ações que fortaleceram a unidade apaeana e a sua expansão pelo Brasil. Já tive oportunidade de afirmar e reafirmar que, se o nosso Movimento não existisse, teria que ser inventado, pois centrando na pessoa portadora de deficiência mental, oferecendo-lhe um atendimento multidisciplinar, apóia a sua família, orienta a comunidade, conseguindo de todos uma participação essencial para o êxito do trabalho. Assim, é que serve de exemplo para outros segmentos sociais, como é o dos portadores de distúrbios mentais. Tive sempre a preocupação em fazer com que as várias comunidades se conscientizem frente à problemática, assumissem sua parcela de responsabilidade e, assim crescendo o Movimento Apaeano viesse a adquirir a força e a expressão que tem hoje no País e no Mundo.”

ANEXO F

- GESTÃO 1991 – 1995 e 1999 – 2001

PRESIDENTE: Flávio José Arns

Natural do Paraná

“Entre os anos de 1991 a 1995 e 1999 a 2001, tive a honra de presidir a Federação Nacional das Apaes. Foram momentos de grandes desafios e também conquistas importantes para o Movimento Apaeano, como a luta constante para expandir a presença das Apaes em mais municípios brasileiros e para a formação de diretoria das entidades, professores e técnicos. Nesta caminhada, tivemos a oportunidade de vivenciar experiências importantes, como a consolidação de reforma estatutária nos seus quatro níveis: Apaes em seus municípios, Delegacias Regionais dentro dos Estados, Federações Estaduais e Federação Nacional. Batalhamos também pela viabilização de eventos realizados pela Federação Nacional, como os Congressos Nacionais, Olimpíadas, 1º Festival Nacional Nossa Arte, 1ª versão do sorteio Apae Noel, 1º Fórum Nacional de Autodefensores, bem como a implantação do Programa *Apae Educadora*. O Movimento das Apaes, ou Movimento Apaeano, é considerado o maior do mundo na luta em defesa dos direitos do portador de deficiência mental.

Hoje, somos 2.000 Apaes em todo o país, resultado da conscientização de pais e amigos que foram encontrando seu verdadeiro caminho e expandindo suas associações por todo o território nacional. A importância do Movimento está no trabalho voltado para a busca da qualidade de vida do portador de deficiência, desde a sua concepção até a velhice, através da prestação de serviços de qualidade. O Movimento é importante para a inclusão social do portador de deficiência mental e apoio à sua família, por meio de um esforço coordenado dos pais, profissionais, amigos e da própria pessoa portadora de deficiência.”

ANEXO G

- GESTÃO 1995 – 1999

PRESIDENTE: Eduardo Luiz Barros Barbosa

Natural de Minas Gerais

“Sinto-me privilegiado por ter presidido a Federação Nacional das Apaes por 4 anos. Orgulho por perceber que as transformações acontecem quando existe a mobilização de pessoas de boa vontade e, ao conhecê-las de perto, sentir aguçar-se a esperança que nos impulsiona para a construção de um mundo melhor para todos sejam com necessidades comuns ou especiais. Orgulho pela oportunidade de representar as Apaes em diversas instâncias, promover a filiação de 402 novas entidades e ter me aprimorado a partir de tantas e ricas experiências pessoais com nossos companheiros, pais e alunos. Por ter vivido tudo isso e ter as mãos estendidas, com fé no ser humano e a convicção de poder servir de apoio à pessoas tão numerosas. E, se elas ainda não tiveram atingido o estágio de dignidade, que eu possa dedicar-me, inteiramente, à sua felicidade. Aprendi que sem esse gesto ninguém aprende a caminhar. Acredito que a causa Apaena personifica desde o seu início, a coragem necessária para se enfrentar problemas, compreendendo que o seu papel social significa a possibilidade de solução para todos aqueles que chegam até nós. O nosso Movimento é a experiência viva de que a opção pelo outro ainda é viável. Uma expressão autêntica de cidadania influenciando, através do exemplo institucional e atuação comunitária, nas diretrizes das políticas públicas oferecidas aos menos favorecidos.”

ANEXO H

- GESTÃO 2001 – 2005

PRESIDENTE: Luiz Alberto Silva

Natural de Santa Catarina

“Como cidadão sinto-me privilegiado pela oportunidade de ser Presidente da Federação Nacional das Apaes. É um exercício diário de aquisição de conhecimentos, de valorização da vida, de responsabilidade social, de desafios, de tomadas de decisões, de aglutinações de experiências absorvidas pelo trabalho compartilhado com companheiros apaeanos, tendo como objetivos primordiais: os direitos da pessoa com deficiência mental, o aprimoramento e o fortalecimento do Movimento das Apaes. É um aprendizado! É um marco na história da minha vida, poder trabalhar por uma causa tão nobre. O Movimento das Apaes, organização reconhecida nacionalmente, se destaca pelos serviços destinados à valorização humana, voltados especificamente à pessoa com deficiência mental, às suas famílias e comunidades.

Nesta caminhada sempre tivemos as indispensáveis parcerias da sociedade brasileira e dos Governos Federal/Estadual/Municipal para o cumprimento da missão das Apaes.”

- GESTÃO 2006 - 2008

PRESIDENTE: Eduardo Luiz Barros Barbosa

Natural de Minas Gerais